

I – Encontro dos Bispos do Nordeste

I – Discurso do presidente Juscelino Kubitschek

Dom Jaime Vieira Rocha

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

ROCHA, D. J. V., org. Discurso do presidente Juscelino Kubitschek. In: *Sob os signos da Esperança e da responsabilidade social: anais do I e II Encontros dos Bispos do Nordeste* (Campina Grande, 1956 | Natal, 1959) [online]. Campina Grande: EDUEPB, 2016, pp. 66-84. ISBN: 978-85-7879-485-9. Available from: doi: [10.7476/9788578794859.0003](https://doi.org/10.7476/9788578794859.0003). Also available in ePUB from: <http://books.scielo.org/id/c6yxx/epub/rocha-9788578794859.epub>.



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International license](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença [Creative Commons Atribuição 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia [Creative Commons Reconocimiento 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

**I | ENCONTRO DOS BISPOS
DO NORDESTE**

I - Discurso do Presidente Juscelino Kubitschek

No encerramento do Encontro dos Bispos do Nordeste, em Campina Grande, em 26 de maio de 1956.

Excelentíssimos e Reverendíssimos Senhores Arcebispos e Bispos do Nordeste,

Escolheram e adotaram Vossas Excelências, certamente com espontaneidade, um nome simbólico para caracterizar estes dias passados em Campina Grande. Nem reunião, nem congresso, nem conferência: e sim encontro. Um Encontro dos Bispos do Nordeste. Encontro não é uma assembleia qualquer. Encontro sugere e supõe deliberação sincera de afinar corações e inteligências; e ânimo de discutir não pelo gosto do debate gratuito ou apaixonado, mas pelo desejo de entendimento que prepare uma ação conjunta. E, quando termina o encontro, não há separação, pois já está feio o congraçamento em profundidade capaz de conduzir a uma colaboração que soma sem confundir e multiplica sem dispensar.

Quando os Arcebispos e Bispos do Nordeste decidiram reunir-se em Campina Grande para estudar problemas espirituais e materiais desta região, quando desejaram ter aqui representantes de todos os órgãos públicos federais que atuam do Maranhão à Bahia, e se dirigiram neste sentido ao próprio Presidente da República, que não poderia escusar-se a um convite e a um apelo vindos de tão alto, a ninguém ocorreu, muito menos a mim, a impressão de

que a Igreja Católica estivesse saindo dos seus limites próprios. Percebi e senti desde logo, ao contrário, que se abria com este acontecimento, mais um capítulo das relações, sob certos aspectos singulares, entre a Igreja e o Estado no Brasil. Não temos, com efeito, religião oficial, e isto desde a instauração da República. Oferecemos ao mundo, no entanto, um espetáculo de respeito mútuo e perfeita colaboração entre o poder Espiritual e o poder Temporal, entre a Igreja Eterna, que é a de Vossas Excelências e da quase totalidade entre os brasileiros, e os governos, como este a que tenho a honra de presidir, sacralizados definitivamente pela legitimidade da lei e da vontade popular, aliás, conforme os conceitos que exprimiu com a sua autoridade, em recente e nobre documento publicado na empresa do Rio de Janeiro, essa extraordinária figura de bispo e de apóstolo moderno que é Dom Helder Câmara, padre dividido harmonicamente, e não dilacerado, entre a contemplação e a ação.

Mais uma vez em nossa história, a Igreja assume agora uma posição construtiva, partindo da espiritualidade pura para os fatos concretos, e isto precisamente numa região ainda subdesenvolvida, a despeito do valor dos seus habitantes, tornada mesmo um problema delicado pelo desnível entre o seu padrão de vida e do sul do país. E que exemplo, e que sugestão para a vida pública brasileira! Na verdade, muito mais nobre, patriótico e cristão do que apenas apontar inevitáveis e proclamar possíveis erros do poder político, isto para não aludir sequer aos que exultam com o surgimento e expansão das crises, quando não contribuem para a sua eclosão e agravamento — será fazer o que estão realizando Vossas Excelências: ajudar ver com realismo o estado sério e grave mas não desesperador da situação nacional, assumindo ao mesmo tempo como Bispos e como homens a parte de responsabilidade que cada brasileiro consciente deve reivindicar, ele próprio, a

fim de que juntos enfrentemos e superemos as dificuldades que a todos nos envolvem e atingem. E sei que a Igreja Católica conta com a força moral suficiente para influir decisivamente no sentido de criar no Brasil aquele estado superior de boa-fé e colaboração desinteressada nas relações entre os homens e aquela capacidade impessoal de serviço ao bem comum, que seriam os sinais por excelência do amadurecimento político não tanto do nosso povo – perspicaz, lúcido, compreensivo e generoso como poucos no mundo – mas de certos líderes infelizmente ainda não educados nem preparados para colocar as ambições privadas, os ressentimentos pessoais e as invejas mortificadoras abaixo das autênticas exigências da coisa pública. Esforço-me, por isso mesmo, e com êxito, para colocar esta doação que fiz da minha pessoa ao cargo de chefe de Estado bem a salvo das mesquinhas individualidades dos cálculos eleitoralistas, dos apetites particulares, das preocupações regionalistas e dos interesses nem sempre aceitáveis dos grupos de qualquer natureza, grupos políticos ou grupos econômicos, colocando-me antes, sempre e invariavelmente, num estado de espírito suscetível de tudo examinar com altura moral, revestido para tanto de austeridade e senso de dignidade humana e capaz também de tudo resolver com visão nacional e objetivo patriótico, despojado assim na suprema magistratura do País de tudo que porventura haja num homem de sentimento privado ou tendência para pensar egoisticamente em si próprio. Atingiram Vossas Excelências o equilíbrio na sabedoria: são espiritualistas e práticos. E porque são Bispos, sacerdotes de Deus, esta circunstância parece convidar um homem de governo para uma grande confissão em público. Além disso, com este cenário, com este ambiente, com este acontecimento excepcional – a oportunidade como que me impõe, encerrando o Encontro dos Bispos do Nordeste, fixar alguns aspectos e quadros fundamentais

da situação política e administrativa do Brasil. Não dirão jamais que não falei claro e a tempo. Não poderão dizer jamais que não planejei, não executei e não me dispus a agir em termos de governo, sempre com tenacidade, decisão e energia, como é do meu dever. Pretendo, como o farei mais adiante, abordar alguns problemas vitais do Nordeste, mas não desejo emprestar meu discurso de hoje um significado regional, nem há mais problemas somente regionais no entrelaçamento e na tessitura das diversas fases da realidade nacional. E é pela caracterização do quadro político do Brasil que devo começar, sendo-me licito que de assuntos de política me ocupe e neles até me alongue numa reunião de autoridades eclesiásticas — é que não vou tratar de política partidária ou facciosa, e me justifico com a doutrinação de Rui Barbosa em Haia: A política está sempre presente e qualquer assembleia quando fixada no sentido superior da arte de reger os destinos dos homens e ciência de promover o bem comum na sociedade.

Não vim a Campina Grande para anunciar milagres, nem lançar promessas que não possam ser cumpridas. Sei o que posso fazer e sinto o que devo dizer.

Num ambiente como este de singular ressonância nacional, e assim testemunhando mais uma vez, Senhores Arcebispos e Bispos, meu apreço e minhas homenagens a Vossas Excelências, esta oportunidade se impôs naturalmente ao meu espírito como a mais adequada para que de uma vez por todas fossem conceituais e proclamados alguns destes problemas substanciais tanto do meu governo como do regime. E tudo isto precisava de fato ser dito e conhecido, porque durante muito tempo só tivemos diante dos olhos o espetáculo do regime deformado na própria cúpula presidencial e deformação decorrente de causas opostas e contraditórias: Ora a hipertrofia da pessoa do presidente até o nível da onipotência, ora a sua diminuição até o grau de anulação e renúncia.

Acredito que não será dos meus menores serviços ao País e à democracia nacional o propósito que me tracei, e que já pus em prática, de fazer funcionar de maneira regular, correta e legal o sistema presidencialista no Brasil. Compreendo e pratico, com escrupulosa fidelidade e senso do dever, a função constitucional de presidente da República neste regime. Ofereço aos ministros de Estado e aos meus auxiliares diretos a devida autonomia de trabalho e ação, mas de acordo com o programa geral que elaborei e que me cabe no posto da direção, pessoalmente orientar em cada um e coordenar no conjunto. Não transformo a vontade presidencial numa imposição autoritária e caprichosa, nem admito que se constituam, em meu nome, os gabinetes secretos, os misteriosos grupos políticos de apatiguados e áulicos. Assim imagino o governo no regime presidencialista, e assim o formei e dirijo, como uma associação de personalidades, de iniciativas e energias, sem a preocupação de prioridades, rivalidades e intrigas.

Somente deste modo, com um Poder Executivo assim compreendido e um regime presidencialista assim conceituado, poderemos governar sem preconceitos, quanto às ideias e sem limitações quanto aos problemas nacionais. Vejo o Nordeste, por exemplo, como Brasil e só como Brasil. E isto será a valorização dos seus problemas locais ou particulares, porque colocados sempre em situação de enquadramento nacional e interesse geral. Desejo oferecer a este respeito dois exemplos típicos, que representam ao mesmo tempo duas notícias por excelência auspiciosas, para o Nordeste, portadores que são de atos do meu governo em proveito da economia desta região e portanto das condições de vida do seu povo.

Uma delas é a mais recente deliberação da SUMOC, que, ao ser anunciada no meu discurso do dia 14 do corrente na “Voz do Brasil”, já havia sido naturalmente por mim antes estudada, como também ordenada já estava ao

ministro da Fazenda e sua elaboração com rapidez, para imediata execução.

Pois bem: essa decisão enérgica do governo no campo da exportação destinou-se a beneficiar de preferência os produtos de Estados pobres, produtos do Norte, digamos expressamente do Nordeste, permitindo agora que tragam mais riqueza para a economia desta região, quando sem aquelas medidas que recomendei à SUMOC continuariam produtos sufocados e prisioneiros dentro do território nacional. Agora vão ser objeto de um movimento livre e amplo de exportação, criando riquezas novas para o Nordeste e para o Brasil na forma das tão escassas e disputadas divisas para as importações. E foi neste sentido que, utilizando-me de uma imagem perfeitamente adequada para melhor fazer compreender e sentir os efeitos daquela providencia governamental, classifiquei a resolução da SUMOC como uma abertura dos portos, isto querendo significar que certos produtos, produtos de Estados pobres como os do Nordeste, para os quais os nossos portos permanecem fechados, desde que sem condições para exportação, poderiam dali por diante sair em navios de barra a fora para os mercados estrangeiros.

Uma outra providência do meu governo em proveito do Nordeste, e está a ser anunciada aqui pela primeira vez, dará bem a ideia do meu propósito de ser o presidente da Nação inteira e não de uma região qualquer em separado. Naquele mesmo discurso do dia 14, anunciei que havia solucionado no sul do Brasil um problema com repercussão direta no abastecimento das populações e no custo de vida: a construção imediata de silos e armazéns no Rio Grande do Sul, Paraná e outros Estados. Não esqueço que a solução deste problema, mesmo na parte do programa de emergência, foi por mim prometida em discursos de candidato e no meu primeiro discurso de presidente da República. Ontem, era no Rio Grande do

Sul e no Paraná. Hoje, será no Nordeste. Ao povo nordestino, numa oportunidade para ele e para todos nós memorável, desejo anunciar agora, como uma das realizações do meu governo no Nordeste, a instalação de uma rede de armazéns nesta região, o que projetei como instrumento de combate à carestia de vida e à especulação. Impôs-se também esse empreendimento à minha sensibilidade como mais um recurso estratégico de valor insubstituível para servir de base de emergência e centro de socorros para os nordestinos no período das secas – uma defesa popular, em suma, contra a frustração das colheitas, a falta de reservas, a tirania dos preços na irregularidade dos mercados. E isto não é uma promessa. Já recomendei ao Ministro da Viação e Obras Públicas a elaboração rápida do decreto, que assinarei logo que retorne ao Rio de Janeiro, inclusive para assinalar este meu primeiro contato com o povo do Nordeste e em particular com o povo de Campina Grande, depois de eleito presidente da República.

Valorizar o Nordeste significa dotá-lo de condições de vida que permitam ao nordestino fixar-se no próprio solo sem a sedução de emigrar ou evadir-se. Aproxime-me a este respeito, de modo especial, falar hoje em nome do governo para dizer à Igreja que, entre as obras sociais a que se vem dedicando em nosso País, nenhuma mais oportuna e fecunda do que a da campanha aberta em duas frentes afinal conjugadas e entrosadas: a urbanização das favelas cariocas e o atendimento ao homem rural.

A urbanização das favelas do Rio de Janeiro, empreendida pela Igreja através da Cruzada de São Sebastião, não se sabia mais como adiar e já está a transformar-se em realidade. Apoiamos desde o início e continuaremos a apoiar a Cruzada, que está concretizando, além do mais, um plano de autofinanciamento da Campanha, que consiste em conjugar a solução para o problema de casas populares com o

surgimento da zona industrial ainda não existente na própria capital da República. Mas – e isto nos importa muito na oportunidade deste Encontro no Nordeste – temerário e até contraproducente seria cuidar de urbanização de favelas sem o simultâneo atendimento ao homem rural. Sem dúvida, Vossas Excelências colocaram o assunto nos seus devidos termos ao desejarem – “medidas que fixem produtiva e humanamente o nordestino a seu *habitat*”.

Foi-me grato deparar com esse pronunciamento de Vossas Excelências, e com essa conjugação feita pela Igreja entre favelas e migrações, pois este foi um tema, um assunto, um problema que sempre sustentei como candidato durante toda campanha eleitoral. Afirmar mais de uma vez que este problema ao mesmo tempo de sociologia e geografia humana se transformara, para efeito de solução política e prática, naquilo que caracterizei como uma batalha em duas frentes: uma, na cidade, com a urbanização das favelas, e a outra, no interior, com a fixação do homem rural no solo.

Ocorreu-me agora outra promessa da campanha eleitoral, e como não renego as promessas feitas, e as transformo fielmente em compromissos, reafirmo a minha ideia de fazer uma região central no Nordeste em outro Estado de São Paulo. Aproximação nada arbitrária ou fantástica: e a fiz com o pensamento na capacidade de industrialização do Nordeste por efeito desse fator novo, extraordinariamente irradiante de energia e força que é a Paulo Afonso. Estou estimulando empresas privadas a se instalarem nas proximidades da Paulo Afonso, e ainda ontem recebi em audiência industriais de alumínio, para os quais descrevi o quadro das vantagens de Paulo Afonso e as excelências de seu parque industrial num futuro próximo. Vamos procurar, para que se concretize com amplitude a industrialização de Paulo Afonso, uma fórmula de equilíbrio entre a dinamização da iniciativa privada e a capacidade

de intervenção do Estado. Uma fórmula em que o Estado se afirme como elemento de estímulo e coordenação, em vez de potência lançada em campo para totalizar recursos e absorver riquezas.

Contorcia-se e ainda se contorce em parte o Nordeste nas angustias de suas privações, que lhe caíam em cheio sobre a vida rural, para devasta-la, e sobre os sonhos de industrialização, para cortá-los pela carência de força. E todos sabem na ponta dos lábios os nomes de duas privações angustiadas no Nordeste: água e energia elétrica. Para solucionar o seu problema de eletricidade – e, por consequência, o da industrialização – já conta o Nordeste com a Paulo Afonso.

E a água – será que não encontra desfecho essa busca desesperada de uma solução para o problema da água em que se debate o nordestino como uma maldição sem limite no tempo e no espaço? Este problema, a meu ver, não é só uma questão de governo. É um problema de pioneirismo, de amor à região, de ânimo para enfrentar o fenômeno das secas, como numa batalhassem retaguarda ou campo de retirada. Não é assunto para cétricos e pessimistas, uns e outros trazendo de cor a famosa tese de Cincinato Braga, que em 1917, sem *blague* e a sério, apresentou como solução para o problema das secas – simplesmente que se esvaziasse todo o Nordeste seco...

Passaram-se os anos, mudaram os tempos, transformaram-se mentalidades. Nos serviços públicos das obras contra as secas, algumas realizações magnificas estão de pé, ao lado de algumas falhas e erros de consequências realmente desastrosas. Os açudes, os tão falados e discutidos açudes, por exemplo, representaram e ainda representam contribuições vitais, medidas salvadoras de homens e terras em algumas regiões que se diriam mortas numa aridez e *secura* de desertos, mas não será mais possível concretizar na açudagem todas as soluções para as secas temporárias

e para a permanente situação econômica do Nordeste. E isto para não mencionar mais, porque já transformado até em lugar comum, o clássico e triste erro de açudagem sem qualquer providência prévia ou simultânea sobre as terras adjacentes, sem empreendimento em grandes proporções para completar a obra de emergência com os tão necessários e insubstituíveis canais de irrigação. Vamos dobrar esta página já antiga e fixar de novo o problema com os olhos voltados para a frente. Essencial agora é a elaboração de um Plano do Nordeste, não para as gavetas burocráticas, mas pra ser executado ao ar livre, sem hiatos ou desfalecimentos, ao mesmo tempo com rigor científico e ímpeto bandeirante. Já se acha dito, proclamado, estabelecido, e com acerto, que este problema não é matéria apenas de engenharia hidráulica ou agrônoma, e sim de um conjunto de medidas sincrônicas. Quanto a mim, vou sugerir e recomendar que a medida, nos quadros de um Plano do Nordeste, seja uma solução técnica definitiva no tratamento do solo, no represamento e distribuição das águas, no reflorestamento sistemático, na adoção de novos elementos e formas modernas de cultivo da terra.

A organicidade dos objetivos desta assembleia só na aparência foi quebrada ao haver da parte de Vossas Excelências preocupação quanto a medidas relativas “a recursos a aplicar no Nordeste”. Frisaram justificadamente Vossas Excelências que se trata de ponto fundamental “dado os perigos desnível de padrão de vida entre o Nordeste e o Sul”.

Mais uma vez, e agora como chefe do Governo, sinto-me bem em falar aos brasileiros desta região, prestando-lhes esclarecimentos, fazendo-lhes apelos, exigindo-lhes sacrifícios, atendendo-lhes às justas reclamações – e contende de poder fazê-lo em estilo amplo e através de figuras tão representativas da Igreja no Brasil.

Determinei, por exemplo, ao Banco do Brasil, que a CACEX e a Carteira de Câmbio, uma vez satisfeitos os critérios gerais de fornecimento de cambiais para a importação, atendam com prioridade às regiões como o Nordeste, inclusive a Bahia, que apresentem saldos maiores no comércio com o exterior, por um propósito de equilíbrio e justiça, além do interesse nacional de dar maiores recurso aos que mostram maior capacidade de produzir divisas.

Da mesma forma, a agricultura, da qual vivem 74% da população ativa de todo o Nordeste, seja, mais de doze e meio milhões de pessoas, pode e deve expandir-se, para abastecimento interno e para exportação. Isso sem falar no aproveitamento racional e integral dos vales úmidos e de muitas manchas de solo rico existentes da Bahia ao Maranhão, através de projetos de colonização com famílias de naturais do próprio Nordeste.

Por esta razão, também, se impõe o programa de investimentos planejados, no mesmo sentido dos anteriormente referidos, e notadamente nos setores de educação e saúde.

E desejo lembrar que, ao lado do programa governamental de maiores recursos para a região, deve estar presente também a preocupação de evitar o êxodo de capitais nordestinos. Neste campo, caberia à Igreja um papel importante, qual o de estimular através de seus líderes, a aplicação, na própria área regional, dos capitais que aqui se desenvolvem como produto do trabalho e do esforço dos homens do Nordeste.

De fato, o fomento a que me refiro, o êxodo de capitais nordestinos, constitui motivo para uma ação esclarecedora, sobretudo orientadora, da Igreja do Nordeste. Aos pastores espirituais desta região dirijo um apelo no sentido de que influenciem os homens de dinheiro e de visão para que aqui mesmo desenvolvam suas atividades ou implantem

novas empresas, utilizando os lucros auferidos no fomento de empreendimentos que se tornem fontes de trabalho para as populações regionais.

Apoiando, coordenando e executando um programa de ação oficial no Nordeste, o governo se empenhará também em estimular a colaboração das entidades não governamentais, a cooperação dos particulares. Significará isto um amplo sistema cooperativo entre a União, os Estados, os municípios e as empresas de iniciativa privada, sistema capaz de assegurar, com a coordenação das respectivas atividades, um rendimento de trabalho e de aplicação de recursos suscetíveis de gerar novas riquezas e de contribuir para que o homem nordestino se fixe e se multiplique na sua própria região.

Neste sentido, o de estimular a aplicação de capitais no Nordeste, estamos promovendo a tramitação no Congresso da legislação destinada a permitir o aproveitamento de terras irrigáveis às margens de rios perenes ou vales úmidos, nas vizinhanças dos açudes, grandes ou pequenos, criados pelas obras públicas, para permitir a sua utilização pelo maior número possível de habitantes que neles se instalem no regime da pequena propriedade em projetos de colonização tecnicamente formulados. Através da Carteira de Colonização do Banco do Brasil, sob supervisão técnica do I.N.I.C., o meu governo procurará interessar a iniciativa privada em atividades dessa natureza, concedendo-lhe facilidades de crédito, de financiamento, de importação da maquinaria imprescindível, através de inserções de impostos para as suas atividades de industrialização e comercialização de produtos rurais.

Nestes dias em que estudei problemas do Nordeste, não só com objetividade, mas, também com amor, pude concluir pela modificação de algumas normas de processos que tornam as verbas reservadas ao Nordeste brasileiro tardias, às vezes, por isso mesmo, ineficazes em

sua aplicação. Vou dar instruções aos órgãos competentes para que se simplifiquem as exigências burocráticas que ora perturbam o desenvolvimento satisfatório dos trabalhos públicos no Nordeste. Neste sentido, evitaremos a discriminação exagerada de verbas, a pulverização de recursos em número muito ambicioso de obras, como de outras inversões, tornando intermináveis e muito mais caros os empreendimentos.

Não somente a esta cerimônia final e solene, com a vinda de uma comitiva oficial, com a minha presença com este discurso de encerramento – não somente ao dia de hoje se limitou a colaboração do Governo Federal para o Encontro dos Bispos do Nordeste. Nem também essa colaboração foi coisa formal ou convencional. Duas reuniões realizei no Palácio do Catete, sob a minha presidência pessoal e com a presença de Dom Helder Câmara, para coordenar autoridades e promover estudos à disposição dos trabalhos de Vossas Excelências. Ao receber de Dom Helder Câmara o convite para promover o entrosamento entre autoridades eclesiásticas e autoridades do meu governo, e o seu apelo para a minha participação como Presidente da República neste Encontro dos Bispos do Nordeste, no que tanto me alegrou e honrou, logo me tomei de entusiasmo e de deliberação de em tudo ajudar com largueza, compreendo imediatamente o significado ao mesmo tempo espiritual e moral da iniciativa, vendo ainda mais no empreendimento uma nova e feliz oportunidade de colaboração no Brasil entre o poder civil e o poder religioso, entre a Igreja e o Estado.

Coloquei, imediatamente, à disposição de Vossas Excelências, por intermédio de Dom Helder Câmara, todos os elementos humanos do governo e todos os recursos materiais que fossem julgados necessários. Em seguida, convoquei para a primeira reunião cinco ministros de Estado e trinta dirigentes de importantes serviços da

administração pública, na verdade todos os responsáveis pelos órgãos públicos federais que atuam no Nordeste. Fiz sentir nessa ocasião que o Presidente da República empenhava em nome do governo, a garantia de prestigiar e ajudar o Encontro dos Bispos do Nordeste. Fiz entregar a todos os presentes um questionário, levantando questões objetivas e formulando perguntas sobre situações concretas do serviço público naquela região e a todos solicitei respostas para um prazo que fixei em dia e hora. E apesar de por demais exíguo esse prazo, ninguém falhou, todos enviaram com pontualidade exemplar respostas em geral documentadas e muito bem formuladas.

Permitam-me que me torne imodesto ao informar que o Presidente da República também ficou à altura da maneira pronta, eficiente e satisfatória com que os seus auxiliares atenderam ao apelo e prepararam as respostas. Na segunda reunião, com as mesmas pessoas da anterior, fiz distribuir uma espécie de relatório preparado em meu gabinete no qual apareciam coordenadas por uma leitura atenta e resumida. Mediante um exame minucioso, todas as informações, sugestões, afirmações e realizações constantes dos papéis poucos dias antes enviados à Presidência da República pelos órgãos públicos federais com serviços no Nordeste.

Estou certo de que esse trabalho preliminar de pesquisa de elementos objetivos e de esquematização de todo o material assim levantado com dados concretos e estudado nas fontes, estou certo de esse trabalho oficial, concretizado por efeito daquelas duas reuniões no Palácio do Catete, há de ter sido um valioso subsídio e uma base insubstituível para as conclusões a que chegaram Vossas Excelências na formulação de uma experiência-piloto para 1956, de que também estivemos a cogitar, mas que acertadamente deixamos a cargo de Vossas Excelências para a expressão final vinda de uma experiência mais em

contato com a realidade regional e naturalmente mais bem apurada nesses dias passados em conjunto no Encontro de Campina Grande. E isto bem significará a importância excepcional que atribuímos a este Encontro dos Bispos do Nordeste, a ponto de promovermos no Palácio do Catete as reuniões preparatórias que permitiram ao governo, pela primeira vez na história da República, trazer para um congresso planos de conjunto, abrangendo vários ministérios e praticamente todos os órgãos federais que atuam numa determinada região.

Verifiquei nas reuniões preliminares, e por certo a esta constatação chegaram igualmente Vossas Excelências, que duas necessidades se impõem, sem demora, para qualquer iniciativa ou realização oficial, sem o que cairemos sempre na improvisação ou na obra feita pela metade. Uma, de caráter mais teórico e com menor pressão, é o planejamento sistemático e em conjunto de todos os serviços públicos, examinados os problemas nordestinos com um instrumental adequado de técnica em conjugação com a maturidade política e a integração humana na região. E neste sentido, com certeza, os próprios economistas, que constituem hoje uma das nossas esperanças para o progresso e o enriquecimento do país, serão os primeiros a anotar e a tomar na devida conta o oportuno aviso de Vossas Excelências quanto – “ao excesso moderno de tudo pretender reduzir-se ao econômico”.

A outra conclusão a que chegamos, menos teórica e mais prejudicial se não for realizada imediatamente como ponto de partida para qualquer obra séria de governo na região – e este foi o objetivo principal da nossa primeira reunião no Catete – é a necessidade inadiável de entrosamento entre os vários órgãos que atuam no Nordeste. Dispersão de recursos, isto se verifica principalmente nas verbas federais por falta de articulação e coordenação. Dispersão de força, isto se observa não raro dentro de um

mesmo ministério; com maior frequência, de ministério a ministério; ou de órgãos federais a estaduais e municipais; ou de órgãos públicos a entidades particulares. Vou dar um exemplo num caso bem restrito e localizado. Só o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, por efeitos de frequentes mudanças de administração, que por sua vez determinavam, em consequência, mudança de orientação nos seus planos, tem atualmente a seu cargo um número excessivo de obras, o que acarreta diminuição das dotações específicas e fracionamento dos recursos técnicos.

Creio que estamos agora suficientemente documentados para as empresas de planejamento e execução de obras no Nordeste. Com as reuniões preparatórias do Catete, o objetivo era a busca e conhecimento de elementos que levassem Vossa Excelências a descobrir e sugerir um meio prático de realizar, ainda neste ano de 1956, uma experiência-piloto de entrosamento dos vários órgãos que atuam no Nordeste. Vitoriosa essa experiência, com a execução a cargo do governo, seria possível o entrosamento mais amplo dentro do período 1957-1960. Para isto, aos ministros de Estado e dirigentes de órgãos federais, formulei questões e fiz perguntas para fixar em cada uma os seguintes pontos: as obras que estão empreendendo no Nordeste; os recursos orçamentários que nelas se acham empenhados para seu prosseguimento; os recursos técnicos e orçamentários de que poderiam dispor, salvaguardando o essencial dos trabalhos em curso. Ao meu ver, o problema no caso seria descobrir, em cada unidade federada no Nordeste, algum trabalho iniciado ou por iniciar, com estas duas características: prestar-se a atrair e fixar nordestinos tentados pela migração; dar margem à colaboração de diversos órgãos, cada qual dentro de sua esfera específica como de suas possibilidades reais em técnicos e verbas disponíveis. Outro problema

que examinamos em seguida foi o da preferência a recair em trabalhos já com estas condições propícias: que possam ter início praticamente imediato; que importem em relações capazes de assegurar aproveitamento permanente de salvados das migrações; que contribuam, simultaneamente, para a elevação do nível econômico e social dos trabalhadores.

Fiz anunciar, pouco antes deste discurso, a experiência-piloto a que estamos aludindo, e deliberei que o anúncio oficial desta medida a um tempo simples e transcendente será completado com a assinatura no Rio de Janeiro de alguns outros atos oficiais da maior significação, já os tendo deixado preparados e prontos para a elaboração. Não são promessas vagas. Na experiência-piloto encontram-se as indicações de alguns problemas que se vão realmente solucionar com recursos para isto já esperados. Encontram-se nos seus textos recomendações objetivas, concretas, práticas; as soluções são indicadas com nitidez e senso pragmático. Não implica a experiência-piloto em criação de novos órgãos estatais, nem determina especiais financiamentos. Exige apenas, e principalmente, iniciativa, competência, ação, aproveitamento dos recursos existentes, unidade de comando nas providências. Em suma, um esforço de mobilização que se dispõe o governo a fazer em terras do Nordeste. E esta obrigação assumida agora pelos poderes públicos significa também a maneira pela qual o governo traduz de forma concreta e decisiva todo o seu apreço pelo Encontro dos Bispos do Nordeste.

Afinal, uma das preocupações de Vossas Excelências, Senhores Arcebispos e Bispos do Nordeste, foi o cuidado de “pôr as dioceses nordestinas em condições de enfrentar os problemas religiosos decorrentes da conjuntura econômico-social do Nordeste”.

Trata-se de uma conclusão da alçada direta da Igreja. Mas seja licito ao governo salientar a satisfação de encontrar a postos os Bispos brasileiros, perfeitamente conscientes de suas responsabilidades perante Deus e perante os homens. Representa uma tranquilidade para o Poder Público verificar que os guias espirituais da Nação se acham de fochos acesos, dispostos a uma atuação apostólica para a qual chamam em ajuda não apenas o clero – notadamente os admiráveis e devotados párocos rurais – mas o católico, especialmente através da Ação Católica.

Para o Santo Padre Pio XII, cujo interesse pessoal pelo Brasil tive a alegria de constatar na memorável audiência com que me honrou Sua Santidade, para este Grande Pontífice cujas Encíclicas e Mensagens são hoje roteiros não só para os fiéis, mas para toda a humanidade, para o Chefe da Cristandade, há de ser um conselho saber que à frente das dioceses da maior nação católica do mundo estão autênticos homens de Deus, à altura dos tempos e das dificuldades que nos esperam. E quanto a mim, que saúde e felicito Vossas Excelências, Senhores Arcebispos e Bispos do Nordeste, quanto a mim sou uma criatura pessoalmente temente a Deus, e de todo a serviço dos seus semelhantes como cidadão e como chefe do Governo.

Nota – O texto integral deste discurso encontra-se no volume “Discursos – 1956”, de Juscelino Kubitschek de Oliveira, Departamento de Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, 1958, págs. 115-138.